

O dito pelo não dito

FERREIRA, Paulo Rogers. *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas*. São Paulo, Editora Hucitec/Fapesp, 2008. 257 páginas.

Camilo Albuquerque de Braz

“Como dizer o indizível?”. Esta é uma das primeiras perguntas lançadas por Paulo Rogers Ferreira em seu livro recém-publicado, fruto de pesquisa de mestrado em Antropologia defendida na UnB e premiada pela Anpocs, em 2007. O “indizível”, aqui, são as práticas sexuais levadas a cabo por camponeses em Goiabeiras, nome fictício dado a um pequeno vilarejo do sertão cearense. Ferreira está preocupado com as linhas de fuga potencialmente engendradas a partir dessas práticas, valendo-se por isso da noção de *afectos*, retirada da filosofia de Spinoza: potências de agir que embaralham, burlam, fissuram, fraturam, escapando ao que ele denomina Texto Brasileiro sobre o Rural (TB). Na produção brasileira sobre campesinato, o corpo do camponês permanece, para o autor, sob a égide de uma “semântica do dizível” que silencia suas possíveis paixões. A influência para a constituição da categoria TB são as idéias de Pierre Legendre sobre o Texto Ocidental: um “ciclo sagrado onde tudo é dito”. Ferreira busca ir além desse corpo instituído ao escrever sobre práticas sexuais entre homens em moitas do sertão nordestino. O texto é teoricamente denso e provocativo, recheado de reverências à filosofia desconstrutivista francesa de Deleuze e Guattari, contrário, portanto, a quaisquer afirmações identitárias em relação aos sujeitos e a quaisquer possibilidades de interpretar o corpo e seus *afectos*. “A vida ordinária do camponês, e para além dela, está repleta de indizíveis, de atos inconfessáveis. Discursos-outros, linguagens corpóreas, silenciosas [...]. A paixão e seus segredos, seus afectos, suas intensidades que movem o corpo, o fazem rodopiar” (pp. 60-61).

Inicialmente, Ferreira denuncia como a partir da incorporação acrítica de conceitos e idéias estrangeiras, institui-se um imaginário “castrador” na produção sociológica e antropológica nacional sobre o campesinato. Para o autor, tais estudos fabricam

uma identidade camponesa caricatural, funcional e fixa, recusando as contradições cotidianas que poderiam questionar sua unicidade (e, portanto, as políticas públicas a ela dirigidas). Como exemplos contraditórios, figuram as práticas sexuais “indizíveis”, ou “mal-ditas”, que escapam da reprodução e do casamento. Não é à toa que o antropólogo desloca, com mérito, o olhar das Casas para as moitas (açudes, becos etc.) camponesas, uma vez que pretende denunciar – e atacar – todas as interpretações sobre o corpo camponês que, o apresentando casto (uma vez que voltado ao matrimônio) e castrado (uma vez que sua libido é reduzida à reprodução), o impedem, na sua visão, de *gozar*. O “indizível” aqui fissa a coesão – e o que Ferreira propõe na primeira parte da obra é desconstruir e desnaturalizar o corpo camponês coeso, dado ou como ele afirma: “*prêt-a-parler*”.

O autor está interessado em práticas sexuais e corporais silenciadas, alvo de rumores locais. Evita apontar esses processos como repressão ou suposta falta de consciência – para ele, os “*afectos* mal-ditos” não são suficientemente compreendidos com base na imposição de teorias em torno das identidades sexuais construídas em contextos onde elas são publicizadas e afirmadas. Nesse sentido, sua crítica estende-se ao que chama de Texto Brasileiro sobre os Gêneros e também Texto Brasileiro sobre a Homossexualidade, nos quais “a sexualidade é ditada pela eterna *guerra dos gêneros*, pelas identidades sexualizantes, por uma *masculinidade hegemônica* sobre as *masculinidades subalternas*, hierarquias conjuntivas por uma *rostialidade* no desejo, fixidez no movimento, pois os gêneros, e sua organização, não são primeiramente individuais, eles definem zonas de frequência ou de probabilidade” (p. 115).

O que Ferreira busca é demonstrar que não apenas a categoria “camponês/a”, mas também a imposição de outras relativas às supostas identidades sexuais e de gênero são questionáveis em seu locus de pesquisa, uma vez que elas só cabem ao rural como afirmação seja de repressão, seja de identificação estereotipada. Seu trabalho coaduna-se (embora ele próprio não explicita) com boa parte dos estudos contemporâneos nessa área no Brasil, que questionam a universalização de categorias fixas, ou mesmo a vinculação necessária entre práti-

cas e “identidades” sexuais – campo, aliás, que tem no texto de Peter Fry, que o autor inclui no que seria o Texto Brasileiro sobre a Homossexualidade, uma de suas mais importantes expressões.¹

Ferreira apresenta, ao longo do livro, exemplos etnográficos de como as categorias acusatórias e depreciativas em torno dos encontros nas moitas são utilizadas estrategicamente por seus participantes como forma de silenciá-los e, paradoxalmente, torná-los possíveis: num contexto onde os “afectos” são “mal-ditos”, negar a sua existência é fundamental para que eles possam existir. Nesse ponto, o autor traça um paralelo com práticas urbanas como a “pegação” entre homens em banheiros públicos, cujos sujeitos muitas vezes não têm vontade nem de publicizar seus “afectos”, muito menos de transformá-los em bandeira política. É inegável que esses encontros e a maneira como são “não-ditos” desestabilizam estrategicamente tanto os rumores oficiosos em torno deles, como as teorias que busquem torná-los expressão de “identidades coletivas”.

Em determinado ponto da leitura, tem-se a impressão de que o trabalho de Ferreira buscará, ao acrescentar dimensões corporais e sexuais silenciadas pelas monografias anteriores sobre o meio rural, empreender o mesmo tipo de crítica influenciada por Michel Foucault,² levada a cabo por aqueles e aquelas que procuram discutir, à luz dos estudos feministas, bem como dos estudos gays e lésbicos, questões relativas ao gênero e à sexualidade, desconstruindo, ou pondo em xeque, categorias e conceitos do dito pensamento ocidental, misógino e heterocentrado. Estou dando esse nome, de maneira geral, para as perspectivas de autores/as que poderíamos colocar sob a rubrica do “pós-modernismo” ou do “pós-estruturalismo”, ou mesmo da chamada teoria *queer*, que buscam mostrar como os “fundamentos” ou as “substâncias” não são o ponto de partida analítico (não estão “lá desde sempre”), mas são o efeito de práticas discursivas contextualmente dadas que operam na materialização dos corpos e na produção de subjetividades tidas como coerentes, inteligíveis, dentro das matrizes (discursivas) de poder.

O foco nas práticas sexuais e corporais permitiria ao autor enveredar pelo mesmo tipo de crítica

empreendida, por exemplo, por Judith Butler ao analisar os gestos corporais performativos e potencialmente subversivos que desafiam as normas de gênero, denunciando seu caráter de *pastiche*.³ Mas não é esse o objetivo de Ferreira. De fato, o que ele busca é quebrar com quaisquer possibilidades interpretativas para os “esquemas” entre os homens goiabeirenses, propondo o corpo como “pura imanência”, suas paixões e desejos sendo passíveis de inteligibilidade apenas no âmbito de suas experimentações. “Corpos fugidios que reinventam o *métier* antropológico, o fazem rodopiar pelo desejo desejando o desejo, também nos confins do roçado” (p. 32).

Ferreira apresenta, então, os “afectos mal-ditos” como se estes não pudessem ser ditos de maneira alguma. Como se qualquer tentativa de dizê-los fosse castrá-los. Como dizer o “indizível” evitando lançar mão da linguagem? Aqui reside um argumento ao mesmo tempo provocativo e, a meu ver, inquietante do autor: propor que corpos, prazeres, desejos e paixões desafiam não por desestabilizarem o social, mas por estarem completamente fora dele. Vale lembrar que o próprio Foucault escorregou em sua teoria ao indicar “corpos” e “prazeres” como instâncias libertadoras do dispositivo da sexualidade por ele analisado e postulado (Foucault, 1977). Sem desconsiderar a importância de sua obra, é sabido que algumas/alguns teóricas/os o criticam por anunciar essas categorias como pré-discursivas.⁴

O trabalho de Ferreira questiona discursos instituídos sobre (e instituintes de) um camponês caricatural, preso a representações do corpo baseadas num modelo heterossexual e reprodutivo. Busca pôr em xeque também teorias sobre a “homossexualidade” baseadas apenas nas práticas experienciadas em meios urbanos, cuja transposição direta ao contexto analisado implicaria a impossibilidade de interpretar o silenciamento dessas práticas em Goiabeiras como estratégias que as tornam localmente possíveis. O livro tem como mérito, portanto, a proposta de mostrar esses “afectos” fora dos discursos que os “mal-dizem”. A meu ver, porém, faltou ao autor reconhecer que isso não deixa de ser dizê-los de outras formas.

Notas

- 1 Ver Júlio Assis Simões e Sérgio Carrara, “Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira”. *Cadernos Pagu*, 28: 65-99.
- 2 Michel Foucault, *A história da sexualidade* (vol.1: *A vontade de saber*). Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- 3 Judith Butler, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- 4 Ver Adriana Piscitelli, Maria Filomena Gregori e Sérgio Carrara, “Introdução”, in _____ (orgs.), *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*, Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

CAMILO ALBUQUERQUE DE BRAZ
é mestre em Antropologia Social e
doutorando em Ciências Sociais pela
Universidade Estadual de Campinas
(Unicamp).
E-mail: camilo_braz@yahoo.com.br.